

OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA (PTR):

Um estudo sobre o Brasil e o Canadá

Rúbia dos Santos Ronzoni¹

RESUMO

Brasil e Canadá possuem similitudes históricas que se tornaram altamente antagônicas pelo desenvolvimento capitalista e correlações de forças que se estabeleceram, estando o Canadá no atual contexto com o sistema de proteção social mais consolidado, resguardadas as devidas diferenças. Ambos os países vivenciaram reformas neoliberais que consubstanciaram a redução da proteção social Estatal, constituindo políticas sociais com forte tendência familista.

Palavras-chave: Programas de Transferência de Renda; Sistema de proteção social; Assistência Social.

ABSTRACT

Brazil and Canada have historical similarities that have become highly antagonistic due to the capitalist development and correlations of forces that have been established, with Canada in the current context with the most consolidated social protection system, safeguarding the due differences. Both countries experienced neoliberal reforms that substantiated the reduction of State social protection, constituting social policies with a strong familist tendency.

Keywords: Income Transfer Programs; Social protection system; Social assistance.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de uma pesquisa realizada em 2019 que analisa as políticas sociais com ênfase na política de assistência social e de segurança de renda no Brasil e no Canadá no atual contexto. Trata-se de um estudo quanti-qualitativo, realizado mediante pesquisa bibliográfica e documental sobre os dois países. Para além do escopo teórico a pesquisadora esteve no Canadá pelo período de dois meses, onde foi possível conversar com profissionais de Serviço Social, moradores locais, imigrantes e através da observação direta conhecer melhor a história e o cenário atual do país.

¹ UFSC; Doutorado; rubia.santos@ufsc.br

A coleta de dados quantitativos possibilitou a construção da análise comparativa das duas realidades. Em relação ao Canadá o site oficial do governo *Canada's National Statistical Agency (Stats.gc.ca)* disponibiliza informações relativas aos aspectos demográficos, econômicos e sociais do país, sendo este a fonte primária de coleta de dados. Em relação ao Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio (PNAD) e o Atlas da violência, forneceram as fontes primárias e os artigos subsidiaram a posterior análise.

O presente artigo está estruturado em três seções. Na primeira aponta dados sobre a realidade do Canadá e o formato dos programas utilizados, na segunda tece considerações sobre os PTR do Brasil e por fim, busca discorrer uma análise comparativa entre os países.

2 O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL CANADENSE E OS PTR

Assim como no Brasil, o Canadá teve uma colonização considerada genocida no que se refere aos índios. Segundo relatório da Comissão da verdade e reconciliação, desde a invasão do Canadá os índios foram sequestrados, separados de suas famílias, crianças eram colocadas em colégios vinculados às igrejas que os evangelizavam e tentavam suprimir a cultura indígena. Mulheres indígenas sofreram os piores tipos de violações, abusos sexuais e assassinatos.

Nesse sentido, os grupos mais vulneráveis do Canadá são os índios, mulheres que vivem sozinhas com seus filhos, mulheres idosas, mulheres portadoras de deficiência, mulheres imigrantes ou ainda aquelas que vivem na zona rural, vem compondo entre o grupo dos pobres. (PRENTICE, 2017)

Estes são público da assistência social que é gerida por cada província independentemente do Governo Federal. Neste sentido, o sistema de bem estar social Canadense é bastante diverso e complexo, existindo atualmente 13 diferentes sistemas de proteção social, com regras, benefícios e regulamentações específicas.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Além disso, nas províncias, cada município tem autonomia para gestar suas ações e programas sociais. (LESSA, 2007)

O Canadá² na trilha dos países da OCDE, vem procedendo reformas no seu sistema de proteção social desde final da década de 1970 quando deflagra a grande crise do capital.

O modelo Canadense pode ser considerado como Liberal a exemplo da classificação feita por Esping-Andersen (1991), combinando o acesso à benefícios sociais via mercado e bem como Estatal, como por exemplo, a garantia de renda mínima (Faleiros, 1999, p. 199). Segundo o autor, a história de constituição da rede de proteção social se deu em meio à disputas entre o governo federal e as 10 províncias sobre o controle das políticas sociais. As províncias têm autonomia para conduzir e definir as políticas sociais tais como saúde, assistência social, educação e recebem subvenções do governo federal.

A pobreza no Canadá não é tão fácil de ser percebida e identificada em comparação aos países de capitalismo periférico, isto porque é considerado um país rico e está sempre entre os melhores em termos de qualidade de vida e educação para se viver.

No entanto, enquanto um país capitalista, está sujeito a todas as determinações deste modelo de sociedade e enfrenta os mesmos paradoxos e incoerências, atenuados por uma economia e cultura política mais desenvolvida.

O colapso dos mercados financeiros em 2008 atingiu vários países e o Canadá não foi exceção. Após a crise mundial, muitos canadenses perderam seus empregos, aumentando a procura pelo seguro desemprego e por programas da assistência social e de segurança de renda. Os empregos temporários e informais aumentaram e o emprego de tempo integral está sendo cada vez menor (MATIAS, 2014)

Segundo estudo apresentado pela autora, os dados ratificam que a pobreza e a desigualdade social estão se tornando cada vez mais evidentes. Os grupos mais

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



afetados e vulneráveis incluem “os povos aborígenes, os imigrantes recentes e as comunidades raciais e pessoas com deficiência”. Isso decorre da história de exclusão social e com a pouca qualificação (principalmente dos imigrantes que chegam ao país com baixo nível de escolaridade). Essas vidências sugerem que a pobreza está se tornando cada vez mais concentradas em certos grupos. (MATIAS, 2014, p.77)

De acordo com dados de Veloso (2017), existem cerca de 3 milhões de pessoas de baixa renda no Canadá, o que equivale à 8% da população. No ranking internacional de países industrializados o Canadá ocupa a 20ª posição em matéria de pobreza.

As mulheres imigrantes e mulheres indígenas são as prevalecem nesta situação. Mães solteiras representam 26%, já as famílias biparentais são 5%. Os indígenas vivendo fora das reservas representam 18%, os deficientes físicos são 25% e os idosos representam 30%. (VELOSO, 2017)

Outro dado importante é que 20% das pessoas com baixa renda são imigrantes. Apesar de possuírem maior qualificação profissional que os nascidos no Canadá, os imigrantes possuem uma renda inferior. As mulheres imigrantes fazem uma renda que representa em média 60% do salário dos homens nascidos no Canadá. Na grande maioria dos casos a situação é temporária. Apenas 1,5% destas pessoas permanecem com uma baixa renda por mais de 6 anos. Ou seja, a renda é flutuante acompanhando a oscilação do mercado de trabalho. Considerando também a vinculação dos inúmeros programas de transferência de renda ao mercado de trabalho, é possível compreender estes dados. (VELOSO, 2017)

Sobre os Programas de Transferência de Renda – PTR, Matias (2014) destaca que há dois formatos principais no Canadá: *seletivos* e *universais*. Os programas seletivos têm uma longa história e influência dos colonizadores ingleses, onde os benefícios tinham que ser ofertados para os mais pobres. São programas focados em determinados, com critérios de elegibilidade bem definidos, se concentram em situações pontuais e não em estruturas mais amplas. Esses programas despendem consideráveis recursos para “monitorar a vida dos beneficiários, ao invés de focar em

PROMOÇÃO



APOIO



mudanças mais amplas dentro da estrutura do sistema, que pudessem emancipar os sujeitos e tirá-los da condição de pobreza” (MATIAS, 2014, p.80).

Seus defensores, por outro lado, acreditam que os programas seletivos são meios mais eficientes de transferir dinheiro para os necessitados. No entanto para acessar os programas, há uma longa lista de documentos comprobatórios, considerado por Lessa (2007) um processo longo e bastante humilhante, devido a necessidade de mostrar tudo que consomem e gastam.

Já os programas universais proporcionam benefícios em dinheiro para todos os indivíduos que se enquadram em uma determinada categoria. Eles diferem dos programas seletivos, já que a elegibilidade é um direito de cidadania e neste caso não há necessidade de comprovação, especialmente a questão de renda. No Canadá, o *Old Age Security* (segurança de renda para o idoso) é um exemplo de benefício universal e o critério de elegibilidade é ser cidadão canadense de 65 anos ou mais, não precisando comprovar necessidade, diferentemente do *Guaranteed Income Supplement* (GIS), que é um benefício focado em idosos de baixa renda. O GIS é um programa de renda seletivo, concedido através de meios de teste aos idosos que se enquadram na situação de baixa renda³. (MATIAS,2014)

Por outro lado, análises mais estruturais apontam que os programas Canadenses mantêm forte relação com o mundo do trabalho, herança das antigas *Poor laws*. O fundamento dessa relação é de que o auxílio financeiro não deve fazer com que a mão de obra barata desapareça do mercado de trabalho. Isto porque, quando o beneficiário ultrapassa o critério de renda imposto, deixa de receber o benefício. Neste sentido, Lessa (2007, p. 1534) destaca: “o sistema condena à eterna

³ Segundo a autora, em decorrência da organização política, de movimentos sociais e pressão social diferentes programas de garantia de renda foram concebidos, de acordo com necessidades específicas. Por exemplo: a) pais solteiros (o nome varia por província); b) famílias com crianças (*Canada Child Tax Benefit*); c) pessoas desempregadas há muito tempo (o nome varia por província); d) pessoas que perderam recentemente seus empregos (Seguro desemprego); e) jovens que não vivem com famílias ou responsáveis (o nome varia por província); f) trabalhadores que se acidentam no local de trabalho (*Worker's Compensation*); g) pessoas com deficiência (programas de benefícios de renda e saúde, o nome varia por província); h) idosos (*Canada Pension Plan and Old Age Security*); i) refugiados recém-chegados ao Canadá (*Resettlement Assistance Program*); j) veteranos de guerras (*War Veteran's Allowance*); e k) outras categorias. (MATIAS, 2014)

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

pobreza e dependência de ajuda pública, pois sempre que conseguir melhorar um pouco o seu salário, ela perde qualquer subsídio". Aqui refere-se a uma mãe que perdeu direito ao auxílio creche, por ter excedido a renda fazendo horas extras.

Assim os programas caminham numa linha muito similar as suas ideias iniciais: não incentivar o ócio em períodos mais liberais e por outro lado forçar a inserção no mercado de trabalho, a todo custo, em períodos mais draconianos.

A expectativa é que todos os cidadãos tenham um trabalho remunerado com exceção dos inaptos para o trabalho. Assim, reconhecem uma responsabilidade coletiva de auxiliar pessoas que estão passando por dificuldades, mas tentam manter o espírito competitivo, onde os assistidos são constantemente encorajados a ingressar no mercado de trabalho. "A estes últimos é oferecida uma rede mínima de segurança social que tenta manter a paz social e reserva de mão de obra necessária para o funcionamento da economia" (LESSA, 2007, p. 1537)

Ainda segundo a autora, outra questão problemática no sistema de proteção social canadense refere-se a não existência de um programa de habitação popular, onde a maioria das pessoas de baixa renda vive em condições mais precárias, com altos aluguéis num mercado livre de obrigações sociais. (LESSA, 2007)

Para além disso, no Canadá as creches não são um serviço público universal, com exceção da província do Québec onde todas as creches são subsidiadas. As creches são mantidas pelo setor privado. Algumas poucas creches públicas municipais, dispõem de capacidade limitada e possuem longas listas de espera.

O estudo realizado por Prentice (2017) demonstra que a assistência a infância (com creches) em estados de bem estar liberal são tipificados por uma organização totalmente voltada ao mercado. Segundo a autora, estudos demonstram que quando comparado a outros regimes liberais, a abordagem do Canadá está claramente subordinada ao mercado e à família. Assim os serviços só são ofertados àqueles que esgotam suas possibilidades, com foco na elegibilidade e não universalidade. Mais do que os outros países liberais (Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia e Reino Unido) a prestação de serviços a primeira infância é altamente dependente da renda

PROMOÇÃO



APOIO

dos pais, entidades sem fins lucrativos e serviços privados. Isso significa que 90% dos serviços estão nessa linha. (PRANTICE, 2017, p. 424)

Tendo os programas de transferência de renda, inúmeras exigências de sobremaneira relativas à inserção no mercado de trabalho, a não oferta de creches públicas torna-se um entrave aos pais ou as mães que vivem sós, já que o cuidado das crianças até a idade escolar é totalmente responsabilidade familiar.

3 OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL

No que se refere aos programas de transferência de renda, no Brasil as primeiras discussões remontam à década de 1970. Souza e Fonseca (1997) destacam que em 1975, um artigo do professor Antônio Maria da Silveira, intitulado *Redistribuição de Renda*, publicado na *Revista Brasileira de Economia*, introduz uma proposta política de distribuição de renda por meio de imposto negativo. Após três anos, Edmar Bacha e Mangabeira Unger, no livro *Participação, salário e voto: um projeto de democracia para o Brasil*, retomam e aprofundam o debate.

Essa discussão começa a ganhar materialidade com o projeto de Lei n° 80, de 1991 apresentado pelo então senador Eduardo Suplicy, objetivando instituir o Programa de Garantia de Renda Mínima - PGRM - que beneficiaria, todas as pessoas residentes no país, maiores de 25 anos e que recebessem rendimentos brutos mensais inferiores a um valor que correspondesse a 2,5 vezes o salário efetivo na época, isto é, 50% da diferença entre aquele patamar e a renda da pessoa ativa e 30% no caso de possuir rendimento nulo ou não estar exercendo atividade remunerada. (SUPLICY, 2002).

A proposta pautada por Suplicy (2002)⁴, segue modelos encontrados nos países escandinavos, Canadá e outros países da Europa que desde o segundo pós-

⁴ Como fonte de financiamento para esse modalidade universal, Suplicy aponta o modelo seguido pelo Alasca, onde o capital do fundo será formado por 10% da participação acionária da União em suas empresas públicas mais dotações consignadas do orçamento geral da União, recursos oriundos da concessão de serviços públicos e obras públicas, da exploração de recursos naturais, imóveis pertencentes à União, doações e contribuições

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



guerra, implantaram essa modalidade e demonstrando o impacto social importante no que se refere à qualidade de vida da população, redução da pobreza, garantia de autonomia no uso do recurso, entre outros.

No entanto o projeto original apresentado pelo senador, passa por nove emendas constitucionais, deixando de lado a perspectiva de universalidade e de segurança de renda, adotando critérios de elegibilidade e permanência, além do valor irrisório do recurso.

A partir de tais iniciativas, os programas de transferência de renda, começaram a ser implementados a partir de 1995 com o Programa de Garantia de Renda Mínima de Campinas (SP). A partir de então, registrou-se um número crescente de propostas originadas dos estados e municípios interessados. Destes, um contingente significativo iniciou o processo de implementação dos programas oferecidos pelo Governo Federal, principalmente a partir do lançamento do Programa Bolsa Escola Federal em 2001.

Somente em 2004 com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), os programas criados no governo FHC (Auxílio-Gás, Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Cartão-Alimentação) são unificados e ampliados, dando lugar a um único programa chamado de Bolsa Família e passou a ser o principal programa do MDS.

Este programa, caracteriza-se por fazer transferência de renda direta às famílias pobres e em situação de extrema pobreza. Constitui-se em um repasse financeiro mediante um conjunto de condicionalidades que aufere a elas a participação no programa. Tais critérios de elegibilidade e permanência estão associados às áreas de educação (frequência escolar das crianças) e saúde (vacinação e pré-natal para gestantes). Em 2019 14 milhões e 290 mil famílias estavam cadastradas no Programa, somando 57 milhões de brasileiros. (Ministério da Cidadania, 2020)

privadas. O imposto sobre a riqueza é um dos possíveis financiadores, dentre as quais o imposto sobre a herança, poderiam compor o financiamento do renda mínima.

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Silva e Silva (2001) discorre uma análise sobre os limites e possibilidades destes programas no Brasil e destaca dois pontos importantes: 1) o significado real, de caráter imediato, que esses programas representam para as famílias beneficiárias, ao permitir a aquisição ou ampliação de uma renda proveniente do trabalho inexistente, até mesmo porque o mercado de trabalho no Brasil é altamente excludente. 2) Esses programas podem propiciar, mesmo que em longo prazo, condições progressivas de inclusão da futura geração formada por crianças e adolescentes que são obrigados a frequentar a escola.

Com relação ao PBF, é importante destacar que o acesso à educação e à política de saúde não é por si só, mecanismo suficiente para romper com o ciclo intergeracional de pobreza, concentração de renda e desigualdade social que prevalece no Brasil desde sua colonização. O valor transferido pelo Programa é baixo, impossibilitando assim uma emancipação econômica ou capaz de promover alteração na condição econômica da família, mantendo inalterada a estrutura desigual na qual a sociedade está alicerçada (CORREA e RONZONI, 2017)

Entretanto, um aspecto que pode ser considerado positivo refere-se à emancipação feminina. Mesmo com o baixo montante recebido por essas mulheres, a autonomia que vem atrelada a este processo, revelou-se transformadora. É o que aponta a pesquisa desenvolvida por Rego (2013) no sertão Alagoano, onde mulheres relatam a transformação social expressas em suas vidas. O papel de mãe e administradora dos recursos do benefício, o papel das mulheres na manutenção da família e sua capacidade de utilizar os recursos financeiros em proveito de toda a família, tem alterado estruturas historicamente machistas. Nesse sentido, a autora afirma ser inegável o alcance positivo desse Programa na forma de prover as necessidades imediatas de sobrevivência, com possibilidade de amenizar gradualmente as desigualdades regionais e enfraquecer o coronelismo.

Para Silva e Silva (2007), o maior desafio dos programas é desvincular o ranço que abate as Políticas Sociais em nosso País no que diz respeito à redução desses

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



programas a uma mera funcionalidade compensatória do capital, incapaz de alterar o quadro social de pobreza e indignidade que se abate sobre a sociedade brasileira.

4 BREVE ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BRASIL E CANADÁ

Sob muitos aspectos a situação entre o Brasil e Canadá são antípodas. Considerando a renda per capita, qualidade de vida que inclui índices de violência e educação e outros indicadores é possível afirmar que estamos tratando de países antagônicos. Mas a partir da análise dos dados, pode-se perceber que existem similitudes no que concerne a estrutura de classes e consequências do neoliberalismo sobre a responsabilização familiar.

Um estudo realizado por Cattani (2006) aponta no que tange a situação de partida dos países, possuem questões similares de diversas ordens: São países do novo mundo que possuem dimensões continentais quase equivalentes; ambos possuem riquezas naturais incomensuráveis; a colonização deu-se mais de um século após a chegada dos europeus; a ocupação e exploração do território ocorreram de formas muito próximas; grande parte dos imigrantes compôs-se de pessoas “desqualificadas”. No final do século XVIII o número de habitantes era muito próximo e para além disso, o Brasil e o Canadá Francês tiveram a presença marcante da igreja católica e de forte dependência das metrópoles europeias.

Tais características foram alteradas pelos processos econômicos e políticos resultando em profundas diferenças na atualidade. Destarte para as seguintes questões:

No Brasil, ocorreu a preservação até 1888 da escravidão, que deixou marcas profundas no país e nas relações sociais que se estabelecem até hoje. No Canadá, não houve escravidão, ao contrário construiu-se um sistema de organização político com preceitos constitucionais com inspirações britânicas. Ao mesmo tempo que o Canadá edificava um regime democrático, o Brasil era marcado por uma monarquia retrógrada e centralizadora, que beneficiava latifundiários e burocratas do Estado,

PROMOÇÃO



APOIO



reforçando a relação parasitária das elites. Mesmo com a proclamação da república, não houve uma alteração no modelo elitista. (CATTANI, 2006)

Assim enquanto no Norte da América se construía uma construção política federativa, o sul da América estava marcado por estruturas hierárquicas, pautadas no paternalismo e patrimonialismo. Nos últimos 200 anos o Canadá não conheceu nenhum tipo de regime autoritário ao passo que no Brasil os regimes de exceção. Pode-se dizer que bem ou mal, o Canadá construiu sua história. No Sul tropical deparamo-nos com uma nação subjugada por forças elitistas que usaram todos os meios para perpetuar seu poder. (CATTANI, 2006)

Para Cattani (2006) outra diferença está no associativismo forte e existência de instituições representativas que moldaram a ação do Estado Canadense, havendo uma construção gradativa de direitos individuais, políticos e por fins sociais. No Brasil, a cidadania foi duramente conquistada, tutelada e controlada pelo Estado, sendo este último sempre utilizado para fins privados com um desenvolvimento concentrador de renda.

Alguns dados podem ilustrar essas diferenças dessas realidades diferentes socialmente construídas, a partir do Estudo realizado por Cattani (2006) com dados estatísticos atualizados pela pesquisadora:

No que se refere à **questão habitacional**, pode-se destacar que em pouco mais de 100 anos a população do Canadá passou de 5 para 37 milhões⁵, enquanto no mesmo período o Brasil passou de 17 para 211⁶ milhões de habitantes. Isso se deve ao fato de que para construir o Brasil potência o regime militar fomentou o crescimento populacional e sua concentração nos centros urbanos sem que houvesse empregos e infraestrutura adequada. A busca por mão de obra foi catastrófica, resultando em milhões de favelados, desempregados e pessoas vivendo em condições precárias. Já no Canadá, o crescimento populacional foi muito mais

⁵ Statiscs Canadá (2018) disponível em statcan.ca

⁶ Dados do IBGE (2019)

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

equilibrado, permitindo a incorporação dos indivíduos em estruturas econômicas, sociais e educacionais.

No Canadá expansão e o crescimento populacional veio acompanhado de medidas de incorporação gradual às estruturas econômicas, sociais e educacionais. A taxa de alfabetização é de 99% da população, tanto para homens como para Mulheres. 86% possui diploma de segundo grau. 68 % da população possui nível superior completo⁷.

No Brasil, dados do IBGE (2017) mostram que 11,5 milhões de pessoas com 15 anos ou mais ainda não são alfabetizadas o que perfaz uma taxa de 6,8% da população. As taxas educacionais evidenciam a disparidade educacional entre brancos e negros. Enquanto a população branca tem um índice de analfabetismo de 3,9% da população com 15 anos ou mais, o percentual da população negra é o dobro, chegando a 9,1%. 38 milhões de pessoas são analfabetos funcionais, na faixa etária de 15 a 64 anos, somando 29% do total. Apenas 15% dos brasileiros tem ensino superior completo.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (2017), o Brasil ocupa 79º lugar, enquanto o Canadá ocupa a 12ª posição. Com relação a pobreza o Canadá vem reduzindo suas taxas nos últimos anos. Em 2015, 12.1% da população era considerada pobre, passando para 9,5% em 2017. E mesmo assim, todos são enquadrados em algum tipo de programa de assistência governamental de transferência de renda.

As alterações e conquistas nas políticas públicas Canadenses são em grande parte influenciadas pela forte ação sindical. 30 a 40 % da população é sindicalizada, contra 12,5 % no Brasil (PNAD, 2018). Quanto maior for a taxa de sindicalização, maior será o poder de pressão sobre governo e empresas.

No que se refere às **Políticas sociais**, em especial a de assistência social, pode-se concluir que na sua gênese, ambos os países foram fortemente influenciados por organizações filantrópicas, em sua maioria de cunho religioso, na prestação de

⁷ Statiscs Canadá (2018) disponível em statcan.ca

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



serviços sociais. A intervenção do Estado ocorreu de forma diferenciada, considerando que o Canadá constituiu um *welfare State* no pós-segunda guerra e o Brasil não.

O Canadá vem desenvolvendo inúmeros programas de apoio à imigrantes e buscando absorver-los no mercado de trabalho. E devido a presença marcante de vários povos, raças e religiões, a legislação sobre preconceito entre os indivíduos é bem ampla e eficaz. De acordo com Matias (2014) defende-se o respeito em todos os níveis da vida em sociedade, respeito às diferenças, ao idoso etc. No entanto, sabe-se que na via cotidiana o preconceito persiste.

Para além disso, existem políticas afirmativas para determinados grupos sociais: aborígenes, imigrantes, idosos, crianças, pessoas com deficiência, ofertando sobretudo segurança de renda. Para a autora, não há dúvida de que, de fato, a questão da pluralização e da diversidade é uma realidade presente nas políticas sociais canadenses. O governo busca minimizar as desigualdades sociais para toda a população, incluindo os imigrantes o que para a autora é um aspecto muito positivo.

No entanto, é importante destacar que o Canadá, hoje, não se diferencia dos países neoliberais na implementação das suas políticas sociais. E reiterando que a questão do bem-estar social do Canadá é voltada para os que estão inseridos no mercado de trabalho, na perspectiva neoliberal, evidenciando a concepção de *workfare* trazida por Faleiros (2009), e a sobrecarga no trabalho social da família, sendo o Estado solicitado em última instância, quando são esgotadas todas as possibilidades das famílias e dos indivíduos. (MATIAS, 2014, p.146)

O que se pode apontar como convergências é que após a década de 1990 os programas tornaram-se mais restritivos, possuem forte vinculação com mercado de trabalho, mantêm a estrutura de classes sociais, reforçam o *familismo* e a *responsabilização familiar*.

As similitudes podem ser observadas na configuração de uma estrutura social hierárquica de classes, com a concentração de renda. Outra questão refere-se à intervenção da política social sobre a realidade das famílias que para receber

PROMOÇÃO



APOIO



benefícios passa por longas listas de documentos, entrevistas, fiscalizações contínuas e são obrigadas a participar das atividades propostas pelo governo.

Há dessa forma, uma vigilância histórica dessas famílias, submetendo-as à constantes análises e desligamentos, caso a renda ultrapasse os valores definidos. Da mesma forma, são essas mesmas famílias que são alvo de inúmeros estudos no que se refere às estratégias de sobrevivência, dificuldade de inserção no mercado de trabalho, entre outros. Por outro lado, os riscos parecem ser abstrações, os detentores de fortunas são ignorados como se sua existência estivesse desconectada do mundo real, ou ainda, constituíssem um mundo à parte (CATTANI, 2006)

No Canadá existem também inúmeras distorções que privilegiam as classes afortunadas como por exemplo o sistema de transferência de patrimônio para herdeiros que deixa de arrecadar milhões, constituindo-se como uma “feudalidade fiscal”. Além disso, o estudo de Cattani (2006) aponta que os altos salários de presidentes de grandes empresas, os paraísos fiscais e outras práticas, têm impacto direto na vida da população seja ela pobre ou considerada classe média.

Assim, por se tratar de dois países capitalistas mesmo que em diferentes fases, pode-se perceber que as estratégias de dominação e exploração disseminadas pelo neoliberalismo, refletem em ambos os contextos.

REREFÊNCIAS

BUENO, Mariana. As condicionalidades do Programa Bolsa Família: o avesso da cidadania. **Revista Lugar Comum**. n. 29, p. 33-46. Disponível em: <http://uninomade.net/wp>. Acesso em: 16 de jun 2016.

CATTANI, Antonio David. Desigualdades socioeconômicas Brasil e Canadá: Um estudo a partir de extremos. **Interfaces Brasil/Canadá**, Rio Grande, n.6, 2008.

CANADÁ. **Statistics Canadá**. Disponível em: <<http://www.statcan.gc.ca/startdebut-eng.html>>. Acesso em: 14 mar 2020.

CORREIA, Marise P. RONZONI, Rúbia dos S. O novo desenvolvimentismo e os programas de transferência de renda na América Latina: análise do Programa Bolsa Família. In: **Revista Emancipação**. Ponta Grossa, 17(1): 34-44, 2017

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare state. **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, 1991.

FALEIROS, Vicente de Paula. As reformas da seguridade social: o contexto mundial e o caso canadense. **SER Social**, Brasília, n. 4, jan./jun. 1999.

LESSA, Iara. Transformações e continuidades nos programas de bem-estar social no Canadá. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, dez. 2007.

MATIAS, Maria Lopes. **Política Social para idoso: Um estudo do Brasil e Canadá**. Tese de Doutorado. Brasília: UNB, 2014.

PRENTICE, Susan. The challenge of rural childcare in Canada. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 37, n. 103, p. 419-441, set.-dez., 2017

REGO, Walquiria G. Domingues Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. 2013.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **A Política Social Brasileira no Século XXI: redirecionamento rumo aos programas de transferência de renda**. Novos paradigmas da Política social, 2001.

SOUZA, Arnaldo Machado, FONSECA, Ana Maria Medeiros. O debate sobre renda mínima: experiência de Campinas. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo; Imesp, 1997.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda e Cidadania: a saída é pela porta**. São Paulo: Cortez: Fundação Perseu Abramo, 2002.

STECHE, T. O. O Programa Bolsa Família a partir do território: o trabalho social com

Veloso, Alice Bessa. Pobreza no Canadá. 2017 In: <https://www.canadaagora.com/cultura/pobreza-no-canada.html>. Acesso em: 27 de maio de 2020.

PROMOÇÃO



APOIO

